

LEIS PARA ESTUDAR – CONCURSO FISCAIS

NÚMERO DA NORMA	EMENTA
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006</u>	INSTITUI o Código Tributário do Município de Magé - RJ.
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 6, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.</u>	INSTITUI o Plano Diretor do Município de Magé.
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.</u>	INSTITUI o Código de Obras do Município de Magé e dá outras providências
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 29 DE JUNHO DE 2022.</u>	DISPÕE sobre o Código Municipal de Meio Ambiente do Município de Magé e dá outras providências.
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.</u>	DISPÕE sobre a revisão do Código de Zoneamento em todo o território do Município de Magé e dá outras providências.
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 29, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024</u>	INSTITUI o Código da Cidadania Fiscal, o Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DeC e o Sistema de Procurações Eletrônicas - e-PROCURAÇÃO e dá outras providências.
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 31, DE 04 DE JULHO DE 2025.</u>	DISPÕE sobre a transação de litígios relativos à cobrança de créditos da fazenda pública, de natureza tributária ou não tributária, inscritos ou não na dívida ativa, e dá outras providências.
<u>LEI Nº 1913, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.</u>	DISPÕE sobre a criação do Código de Vigilância em Saúde do Município de Magé e dá outras providências.

<u>LEI Nº 2623, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u>	INSTITUI revisão do código de parcelamento do solo no município de Magé e dá outras providências.
<u>LEI Nº 2961, DE 07 DE OUTUBRO DE 2024.</u>	DISPÕE sobre a regularização de obras já concluídas sem a devida licença, edificadas em desacordo com a legislação edilícia municipal vigente e dá outras providências.
<u>LEI Nº 1031, DE 09 DE OUTUBRO DE 1991</u>	INSTITUI o código de postura municipal de Magé e dá outras providências.
<u>LEI Nº 3014, DE 04 DE JULHO DE 2025.</u>	DISPÕE sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2026 e dá outras providências.
<u>LEI Nº 2508, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019</u>	Concede remissão de créditos tributários relativos à IPTU e taxa de coleta de lixo, inscritos em dívida ativa de pessoas físicas e jurídicas e estabelece valor mínimo para ajuizamento de ação de execução fiscal, com implemento de notificação e protesto para recebimento de créditos devidos à fazenda pública.
<u>LEI Nº 2975, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024.</u>	DISPÕE sobre a anistia de multa e juros de mora incidentes sobre créditos tributários e não tributários municipais inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, de pessoas físicas ou jurídicas e dá outras providências.
<u>LEI Nº 2628, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u>	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO DE 2022/2025.
<u>LEI Nº 2964, DE 07 DE OUTUBRO DE 2024.</u>	ESTIMA a receita e fixa a despesa do município de Magé para o exercício financeiro de 2025.